

UM POUCO SOBRE ADIVINHAÇÕES E BRUXAS...

HÉLIO JOSÉ GUILHARDI PATRÍCIA P. QUEIROZ

**Instituto de Análise de Comportamento
Campinas**

“Não acredito em bruxas, mas que existem, existem...”.

Muitos comportamentos cotidianos apresentam propriedades que estimulam a imaginação popular para procurar sua possível explicação nos redutos místicos e mágicos, o que lhes confere, e a quem as propõem, poderes e significados especiais. Entre tais comportamentos estão prever algum acontecimento ou adivinhar o que uma determinada pessoa está pensando ou fará.

Uma criteriosa análise dos eventos ambientais que controlam os comportamentos humanos pode elucidar as determinações de pelo menos parte dessas classes de comportamentos.

Um ciclista comentava intrigado que tinha um “sexto” sentido, que lhe dizia quando seu pneu iria furar durante um percurso. Segundo seu relato: “Não sei bem o porquê, mas de repente começo a pensar que daqui a pouco meu pneu vai furar e não dá outra... Parece que adivinho ou que meu pensamento provoca o furo”.

Para entender o que, de fato, ocorre nessa circunstância há necessidade de se atentar ao limitado rigor de observação do ciclista. Assim, ele deveria relatar *também* quantas vezes pensou que o pneu iria furar e não furou, bem como quantas vezes furou sem que ele tivesse previsto isso. Embora, um pneu furado seja, em geral, aversivo para o ciclista, a *função* do furo pode se inverter neste caso e se tornar reforçador positivo: pensar que o pneu vai furar é reforçado pela “adivinhação” (o pneu furou), independente de ser aversivo ou não ter que trocá-lo. Nesta análise, o que se deseja enfatizar é que o comportamento do ciclista poderia estar sendo mantido, supersticiosamente, num esquema de reforçamento positivo intermitente, possivelmente VI se o furo tiver sua probabilidade aumentada pela passagem do tempo (envelhecimento do material); ou VR se a probabilidade do pneu furar for determinada pelo seu uso; ou por ambos.

Outro ângulo possível de análise sugere que o ciclista pode estar fazendo uma discriminação temporal: após um certo tempo de uso da bicicleta aumenta a probabilidade de ocorrência de um furo, bem como aumenta a probabilidade de pensar que o pneu vai furar. Neste caso, a relação supersticiosa entre pensar no furo e a ocorrência do incidente previsto são altamente prováveis e pode “explicar” a interpretação que o ciclista dá sobre seu poder mágico de provocar furos em pneus (da sua bicicleta) através do pensamento.

Outra possibilidade sugere que o ciclista pode estar respondendo a estímulos gerados pela própria bicicleta, mas que por terem uma característica incipiente, não se tornam claros a ponto de adquirirem uma função discriminativa “consciente”. Assim, o pneu pode estar murchando lentamente produzindo estimulações proprioceptivas durante o pedalar, tão sutis que não controlam o comportamento de dizer “o pneu furou”, mas evocam elos perceptivos precorrentes que poderiam ser verbalizados internamente como

“sinto que a qualquer momento o pneu pode furar”. (Para esta análise não são considerados controles ambientais evidentes como pregos, pedras, cacos de vidro na estrada, já que os comportamentos do ciclista em relação ao pneu ficariam sob um controle de estímulo explícito).

Uma análise da mesma natureza se aplica ao comportamento de “adivinhar” o pensamento de outra pessoa. É uma questão de controle de estímulos: duas pessoas com histórias de contingências de reforçamento semelhantes tenderão a responder da mesma maneira aos mesmos estímulos. É o que, possivelmente, ocorre quando duas amigas se entreolham durante uma festa e uma “sabe” o que a outra está pensando quando chega uma determinada pessoa. Assim, por exemplo, ambas as amigas, respondem de forma semelhante ao tipo de roupa que lhes é aversivo (cafona, brega, de mau gosto, “perua” etc.) e ao que lhes é reforçador (de bom gosto, discreto, charmoso etc.). Quando uma pessoa chega vestida de forma a se enquadrar numa ou noutra classe de estímulos de roupa (brega ou bom gosto) a resposta das duas amigas que fica sob controle de tais estímulos, pertence à mesma classe. Uma rápida fofoca (“Você viu a” perua “?”) produz uma consequência social explícita que reforça, em ambas, a “adequação” da discriminação feita e mantém uma “lendo” o pensamento da outra.

O mesmo raciocínio analítico se aplica a outras classes de comportamentos, mesmo mais sofisticados, e a outras classes de estímulos, inclusive mais sutis. Uma pessoa ao dizer a outra: “Sei como você se sente por perder seu emprego” pode estar simplesmente emitindo um comportamento verbal protocolar ou pode estar realmente “adivinhando” os sentimentos, pensamentos etc. (ou melhor, adivinhando as classes de sentimentos, as classes de pensamentos etc.) do amigo, desde que ambos estejam respondendo a mesma classe de estímulos (perda de emprego) com histórias de contingências de reforçamento funcionalmente semelhantes.

Outra situação a ser analisada pode se iniciar a partir do seguinte diálogo:

- Acabei de me lembrar de uma coisa que aconteceu com a tia Vitória...
- Não acredito... Eu estava neste exato momento pensando na tia Vitória. *Você leu meu pensamento?*

Essa “adivinhação de pensamento” poderia ser explicada com o mesmo referencial conceitual. A primeira questão é: que evento ambiental – comum a ambas as pessoas – controlou o comportamento de se lembrar da tia Vitória? Passou diante delas alguém que tem traços físicos que lembram tia Vitória? (Traços físicos que pertençam à mesma classe de estímulos “tia Vitória”). Ou que usa roupas semelhantes? Ou que tem um andar igualmente peculiar? Ou passou um carro da mesma cor, do mesmo modelo que o dela? Etc. Não importa quão sutil seja o estímulo, ou quão remotamente esteja relacionado com os estímulos “próprios” (definidores) da tia Vitória; o que importa é que tais estímulos, presentes no momento em que as duas conversam, tenham para as pessoas que dialogam a *mesma função*: evocar “lembrar-se da tia Vitória”.

Às vezes, os estímulos são tão óbvios que se pode dizer: “Olhe, parece o carro da tia Vitória”, outras vezes é tão sutil (ou os envolvidos na conversa não atentam para o controle de estímulos ao qual respondem) que as pessoas ficam, por assim dizer, “inconscientes” desse controle de estímulos. Elas discriminam apenas a sua própria resposta perceptiva e são consequenciadas, reciprocamente, pelas manifestações verbais e sociais da interlocutora. Na impossibilidade momentânea de destacar o antecedente ambiental que controlou todo o encadeamento comportamental, atribuem a fatores mágicos a causação da “coincidência” de ambas, naquele exato momento, terem pensado

na mesma pessoa *aparentemente* ausente (de fato, “sinais” dela *estavam presentes* e assumiram o controle do comportamento de ambas). A situação, assim, suscita a busca de “explicações” causais numa outra dimensão que não a ambiental. É comum a cena encerrar-se com frases do tipo: “Será que ela está bem?” “Será um” aviso “de alguma coisa?”.

Suponha-se, então, que nada de especial ocorreu com tia Vitória. O contato direto com ela (“Tia Vitória hoje pensei na senhora de uma maneira tão interessante...”), possivelmente reforçador, manterá a história de reforçamento, bem como a tia Vitória como uma fonte relevante de estímulos discriminativos para, quem sabe, novas “adivinhações”. Mas, pode ocorrer também que a tia Vitória esteja doente, uma simples gripe ou uma doença grave, ou que esteja triste porque seu cachorro morreu, ou foi assaltada, ou... Qualquer evento ao qual a pessoa *atribua* uma importância particular. A consequenciação daí decorrente pode ganhar dimensões exageradas e ter a função de reforçar “interpretações místicas”, tais como: “Eu sabia, algo me dizia que tia Vitória estava com problemas” e fortalecer fatos verbais distorcidos a respeito de suas próprias competências (“Tenho um sexto sentido que não me engana. Às vezes, tenho até medo do que ele pode causar...”).

Vê-se, assim, que o ser humano adquire hábitos verbais inadequados, fatos distorcidos, pois descreve fatos sem se ater estritamente a realidade atual. Mais que isso, tenta tornar concretos os *processos* de interação interpessoal, que passam a ter inclusive poderes para alterar a realidade material. Essa metamorfose dos processos se faz, primeiramente, dando-lhes nomes inventados ou metafóricos (por ex., “sexto sentido”), posteriormente, atribuindo-lhes uma materialização fictícia (por ex., utilizando termos como “energia”, mesmo que seja mental!) e, finalmente, postulando que eles têm uma função explicativa (o episódio comportamental observado foi causado pelo “sexto sentido”). Há necessidade de se analisar as *contingências* da comunidade verbal responsáveis pela instalação e manutenção dessas distorções e não pesquisar, essencialmente, os frutos delas (no caso, investigar o “sexto” sentido).

Não é muito diferente quando se buscam as causas do comportamento de uma pessoa dentro dela própria: as “causas” internas. Tome-se como exemplo o constructo “vontade”. Atribui-se à “vontade” a função de *causar* determinados comportamentos. O uso cotidiano da “vontade” como causa tornou-se tão corriqueiro que se esqueceu que, desde a sua origem, ela nunca deixou de ser uma *palavra*, a qual se vem atribuindo *arbitrariamente* a propriedade de causar comportamentos. A “vontade” foi, assim, transformada pela comunidade verbal numa “coisa” - ganhou concretude, materialização – como se fosse um evento físico capaz de mover o corpo humano em alguma direção. A analogia com o conceito de força na Física é evidente. A expressão “força de vontade” ilustra ainda mais dramaticamente a pretendida proximidade com o modelo daquela ciência, que tem a força centrífuga, a força centrípeta, a força de gravidade etc. Na Física tais forças podem ser expressas por fórmulas matemáticas e serem descritas e manipuladas pelo pesquisador, de maneira a permitir com indiscutível precisão a previsão e controle dos movimentos dos corpos por elas gerados. O mesmo status não possui o conceito “força de vontade”, impossível de ser expresso matematicamente, inacessível a qualquer controle e, como tal, excluído do âmbito da ciência. A aceitação de constructos como “vontade” com função explicativa, desviam a atenção dos verdadeiros determinantes dos comportamentos. Indiferentes a essas considerações, as pessoas parecem satisfeitas com explicações das ações humanas pela

“força de vontade”, ou com seu oposto, a ausência de iniciativas, pela falta de “força de vontade”. Prontamente, porém, essas mesmas pessoas se espantam com a inócua eficácia da “força de vontade” quando se deparam com a necessidade de localizá-la e manejá-la para alterar comportamento. Quando “vontade” passa a ser substituída por contingências de reforçamento positivo e “falta de vontade” por extinção ou punição há ganhos indiscutíveis: o comportamento humano pode ser previsto e manipulado.

A inclusão de eventos mentais hipotéticos para explicar comportamento humano é difundida mesmo entre profissionais da área. Note como o conceito junguiano de *sincronicidade* foi empregado por um psiquiatra:

“Um cientista maduro, respeitável e altamente cético que se analisava comigo me contou há pouco o seguinte incidente:” Depois da nossa última sessão, o dia estava tão bonito que decidi ir para casa contornando o lago. Como você sabe, a estrada em volta do lago tem muitas curvas fechadas. Estava me aproximando talvez da décima dessas curvas quando, subitamente, me ocorreu que um carro poderia estar vindo correndo em direção contrária no meu lado da estrada. Sem nenhum outro pensamento, freei vigorosamente meu carro e parei. No mesmo instante, realmente um carro veio a toda, com suas rodas ultrapassando a linha amarela mais de um metro e oitenta, e que por pouco não bateu em mim, embora eu estivesse parado do meu lado da estrada. Se eu não houvesse freado, a colisão teria sido inevitável. Não sei o que me fez parar; poderia tê-lo feito em dúzias de outras curvas, mas não o fiz. Já passara por aquela estrada muitas vezes e, embora soubesse que era perigosa, nunca havia parado antes. Pergunto-me se não existe realmente transmissão de pensamento e coisas do gênero. Não tenho nenhuma outra explicação. (Peck, 78).

O autor do relato ao caracterizar seu cliente como “um cientista maduro, respeitável e altamente cético” induz o leitor a aceitar o argumento da sincronicidade, usando o seu *próprio depoimento* sobre as qualificações do narrador como evidência de autoridade para evocar a “transmissão de pensamento e coisas do gênero” como causas de comportamento. Trata-se de um exemplo da maneira como a comunidade verbal (no caso o terapeuta) maneja contingências para controlar o comportamento do ouvinte (ou leitor). A ciência não progrediu aceitando afirmações ou opiniões de “autoridades”, nem dos cientistas mais respeitáveis, como única evidência de fatos da realidade. As conclusões científicas só são aceitáveis quando derivam da aplicação sistemática dos métodos da ciência. A conclusão relatada foi enunciada pelo *cliente*, não pelo *cientista*, já que como cientista ele não faria tal afirmação!

Indo além, concluiu-se no relato, então, que o motorista *sem nenhum sinal explícito*, por razões desconhecidas (as leis ainda obscuras da sincronicidade), parou o carro, o que lhe teria salvado a vida.

O fato de não ter sido relatado nenhum “sinal explícito” não significa que o motorista, no momento em que parou, não estava sob algum controle de estímulo, possivelmente sutil (e, certamente, não a presença do outro veículo, pois neste caso a sincronicidade não seria evocada) não identificado pelo cliente, ou não pesquisado pelo terapeuta. Assim, o comportamento do motorista poderia ter sido controlado por um ou mais dos seguintes tipos de eventos: o velocímetro, sinais advindos do movimento do carro (vibração, ruídos etc), sinais proprioceptivos oriundos do seu próprio organismo em

velocidade, irregularidades na pista, sinais ambientais que podem ter controlado sua atenção (afinal, “o dia estava bonito...”), características do percurso (...“me aproximando talvez da décima dessas curvas...”), fluxo de tráfego em sentido contrário (por ex., não ter cruzado com nenhum carro nas curvas aumenta a probabilidade de “esperar” um veículo na próxima) etc. Em suma, a não identificação de estímulos que, provavelmente, controlaram a parada do veículo não significa que eles não estavam presentes e nem que deixaram de controlar o comportamento do motorista. Respondemos às contingências de reforçamento, mesmo que não saibamos identificá-las, nem descrevê-las verbalmente, salientou Skinner. Neste sentido, o controle de estímulos ao qual respondemos pode ser “inconsciente”. De qualquer maneira, foram sugeridas algumas possibilidades que deveriam ser investigadas *antes* de se propor uma explicação menos *parcimoniosa*, como é o caso da sincronicidade. Uma atitude básica em Ciência é optar pela explicação mais simples dentre duas hipóteses que explicam os dados com a mesma eficácia.

Para uma avaliação mais completa deste exemplo de sincronicidade há ainda questões a serem respondidas: quantos motoristas em curvas perigosas não pararam e não cruzaram com veículos na contramão? (Nova sincronicidade?); ou pararam e não havia ninguém na sua pista em sentido oposto? (Falsa sincronicidade?); ou sofreram o acidente? (Ausência de sincronicidade?). Outra vez, a comunidade verbal exerce o seu papel: é mais reforçador descrever uma história que envolve uma força misteriosa - a sincronicidade - que salva vidas do que fazer uma descrição meticulosa, trabalhosa e, possivelmente, menos gratificante, que dê conta das variáveis ambientais em operação.

Já no século XVII, Francis Bacon assim se expressou:

“A compreensão humana não é um exame desinteressado, mas recebe infusões da vontade e dos afetos; disso se originam ciências que podem ser chamadas “ciências conforme a nossa vontade”. Pois um homem acredita mais facilmente no que gostaria que fosse verdade. Assim, ele rejeita coisas difíceis pela impaciência de pesquisar; coisas sensatas, porque diminuem a esperança; as coisas mais profundas da natureza, por superstição; a luz da experiência, por arrogância e orgulho; coisas que não são comumente aceitas, por deferência à opinião do vulgo. Em suma, inúmeras são as maneiras, e às vezes imperceptíveis, pelas quais os afetos colorem e contaminam o entendimento”.(Bacon, 1620).

Há várias questões que precisam ser respondidas: Por que explicações mágicas exercem tanto fascínio sobre as pessoas? Como contingências desta natureza foram sendo modeladas na cultura e mantidas? Há alguma razão de sobrevivência para o indivíduo ou para a cultura no uso de “explicações” que afastam a pessoa da oportunidade de entrar em contato com as reais contingências que controlam o comportamento? A análise do comportamento caminha, muitas vezes, na direção oposta às tradições da cultura e se insere no *modelo científico* para buscar e propor explicações. Esse modelo é plenamente aceito em algumas áreas, mas frequentemente rejeitado na Psicologia. “Apesar do quanto possamos ganhar ao admitir que o comportamento humano é objeto próprio de uma ciência, nenhuma pessoa que seja um produto da civilização ocidental pode assim pensar sem uma certa luta interior. Nós, simplesmente, não queremos esta ciência”. (Skinner, 1967, p.13).

Skinner propôs, claramente, que é melhor ficar sem uma resposta do que apresentar uma que seja inadequada: “Os cientistas descobriram também o valor de ficar sem uma resposta até que uma satisfatória possa ser encontrada. É uma lição difícil. Requer

considerável treino evitar conclusões prematuras, deixar de fazer afirmações onde as provas sejam insuficientes e de dar explicações que sejam puras invenções".(Skinner, 1967, p.16). A cultura, em particular a comunidade verbal, selecionará os padrões comportamentais de explicação dos comportamentos humanos que sobreviverão. Espera-se que selecione aqueles que melhor contribuirão para a sua sobrevivência.

Pode-se não acreditar em bruxas... Mas, elas existem sim. A chave do enigma para identificá-las encontra-se num referencial conceitual e de análise bastante específico; aquele que define o comportamento como objeto de estudo. Ao usá-lo as bruxas se tornam reais. Existem sim, mas sua natureza – que frustração! – não é a mesma natureza das bruxas que a todos fascinam, ao mesmo tempo em que assustam. Não são entidades corporificadas, mas eventos comportamentais a serem explicados. Assim sendo, não existem independentemente daquele que nelas acredita.

Referências

Bacon, F. (1620). *Novum organon*. In C. Sagal (1996). *O Mundo Assombrado pelos Demônios*. São Paulo: Companhia das Letras.

Peck, M. S. (1994). *A Trilha Menos Percorrida*. Rio de Janeiro: Imago.

Skinner, B. F. (1967). *Ciência e Comportamento Humano*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. Publicação original 1953.

Skinner, B. F. (1974). *Sobre o Behaviorismo*. S. Paulo: Ed Cultrix.

